

CONGRESSO

Projeto de lei que veda liberação de detentos nos feriados é aprovado na Câmara e segue para a sanção do presidente Lula

Proibida saidinha de presos

» EVANDRO ÉBOLI

A Câmara aprovou, ontem, projeto que restrin-ge a saída temporária de presos, a chamada “saidinha”. O texto é o mesmo que foi votado no Senado recentemente e seguirá agora para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O governo tem uma posição contrária a essa propos-ta, mas evitou polemizar na vota-ção no Congresso. A decisão que o chefe do Executivo tomará é uma incógnita, já que se trata de uma pauta bolsonarista.

A votação do projeto foi sim-bólica, ou seja, nenhum parla-mentar votou individualmente. Na verdade, todos deram aval ao texto aprovado pelos senadores. O voto “não” significaria o retor-no do projeto que passou na Câ-mara em 2021, considerado mui-to mais duro e rigoroso com os presos. Era escolher um ou outro. A proposta aprovada conce-de esse benefício da saída aos detentos do regime semiaberto apenas para cursar supletivo profissionalizante, ensino mé-dio ou superior. Hoje, a saidinha é permitida por até sete dias em cinco vezes no ano, para visita a seus familiares ou para ações que contribuam para sua resso-cialização. Essas possibilidades vão acabar se Lula sancionar in-tegralmente o projeto.

O relator do projeto foi o deputa-do Guilherme Derrite (PL-SP), que se licenciou da Secretaria de Segu-rança Pública de São Paulo e retor-nou ao mandato para tratar da pro-posta. Ele afirmou que, se Lula ve-tar, vai cometer um “erro grotesco”. “Será que o presidente terá coragem de vetar uma propos-ta votada com grande maioria, que vai derrubar o seu veto e que tem apoio maciço da socie-dade?”, questionou ao **Correio**.

A votação do texto se deu en-tre vários discursos pró e contra a medida. Derrite afirmou que o projeto vai acabar com “cinco fe-riadões de uma semana” dos de-tentos que hoje têm direito à sai-da temporária.

“Explosão de violência”

Deputados da esquerda con-trários ao projeto, caso do PSol, argumentaram que o fim da sai-dinha vai provocar “uma explo-são de violência” nos presídios. O Pastor Henrique Vieira (PSol-RJ) argumentou que a medida pena-lizará 95% das pessoas que cum-prem a regra por causa de menos de 1% que não cumpre. “Não podemos pensar política pública e legislação com base em exceção, negando os dados con-cretos. O debate está sendo fei-to de forma sensacionalista, que não resolve o problema da segu-rança pública”, justificou.

Seape/Divulgação



Saidinha de presos: benefício só será concedido aos detentos do regime semiaberto para cursar supletivo profissionalizante, ensino médio ou superior

Quatro perguntas para

PEDRO PAULO (PSD-RJ), AUTOR DO PROJETO DA SAÍDA TEMPORÁRIA

Como o senhor avalia o texto aprovado pela Câmara?

Apresentei esse projeto há 13 anos, em 2011, pela indignação em relação aos critérios para concessão de saída temporária, que precisariam ser revistos. Como (vetar) para gente que sai e comete crime e assassinato. No Rio, se libera chefe de facção crimi-nosa. Apresentei esse projeto para estabelecer monitoração, exame criminológico. Até mes-mo de mecanismos que estão na própria LEP (Lei de Execu-ção Penal), vamos apertar um pouco isso. Em determinado ti-po de delito, em vez de cinco sai-das, reduzir para três. Mas aca-bar com o benefício porque 5%

não volta na data estipulada pa-ra o presídio? E não significa que esses 5% cometeram delito. Eles podem ter voltado um ou dois dias depois.

Ou seja, o número dos que cometem crimes nesse universo é bem pequeno.

Se for pegar o dado de quem cometeu delito em São Paulo, por exemplo: dos 35 mil que pu-deram sair (no fim de 2023) têm uma média de 1.500 que não voltaram no dia. Mas quando você olha quem cometeu deli-to desses 1.500 que não retor-naram no prazo, são 81 somen-te. Isso representa 0,23%. Aí tem que ter um princípio de razoabi-lidade. Por causa de 0,23% você vai suprimir direito de 99%. Isso (a saída temporária) é bom por-que faz com que o preso faça um

esforço de progressão para que retorne à sociedade em condi-ção de voltar a viver em comu-nidade, à sua família, de traba-lhar, gerar renda. O parlamento tomou hoje (ontem) uma medi-da que piora os sistema carcerá-rio, estressa esse sistema.

O senhor entende que o fim da saidinha compromete a ressocialização?

Você tem hoje um universo de quase 55 mil pessoas que es-tão no sistema, na progressão de regime por bom comportamen-to. Desse total, são quase cin-co mil mulheres, que são mães, lactantes, que estão com filhos pequenos. E que logo vão sair do sistema, porque já estão num processo acelerado de ressocia-lização. E agora esse direito de progressão foi escoimado. Esse

fim da saída temporária não vai melhorar os índices de se-gurança pública, vai é estressar o sistema penitenciário. Teremos agora um sistema que suprime direitos, em que as pessoa vão ter mais dificuldade de voltar à sociedade.

E sobre a votação simbólica da proposta?

Hoje (ontem), tivemos uma situação regimentalmente de difícil entendimento porque todos votaram a favor. Signi-fica votar a favor do texto que saiu do Senado do que o que já tinha saído da Câmara. O texto do Senado era menos pior do que o da Câmara. O que nós votamos ‘despiorou’ o que ti-nha sido votado aqui em 2022, que era acabar completamen-te. Foi simbólico.

Câmara conclui agenda de pautas sustentáveis

» ALINE BRITO

A Câmara fechou o ciclo das pautas sustentáveis considera-das prioridade pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL). Os parlamentares finalizaram, on-tem, a análise do projeto de lei que institui o Programa de Ace-leração da Transição Energética (Paten), integrante do pacote de propostas que promovem o in-centivo à energia verde. O texto segue, agora, para o Senado. O PL 5.174/2023 foi apensado ao PL 327/2021, que cria a Polí-tica Nacional da Transição Ener-gética (Ponte). Ambas as propos-tas buscam fomentar o financia-mento de projetos de desenvolvi-mento sustentável, especialmen-te relacionados à infraestrutura e inovação tecnológica. Os PLs também priorizam as

iniciativas relacionadas ao de-senvolvimento de combustíveis renováveis, expansão de energia solar, eólica e de biomassa.

O texto-base foi aprovado na terça-feira. Ontem, os parlamen-tares deliberaram sobre os des-taques, mas todos foram rejeita-dos, e a redação final foi aprova-da sem modificações.

Frente da agropecuária

De autoria do deputado e vi-ce-presidente da Frente Parla-mentar da Agropecuária (FPA), Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), e relatado pela deputada Ma-russa Boldrin (MDB-GO), tam-bém integrante da bancada, o Paten também cria o Fundo Ver-de, administrado pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvol-vimento Econômico e Social),

que promove o financiamento dos projetos de energia limpa (**leia Saiba mais**).

A aprovação do projeto foi co-memorada pelo setor industrial e pela FPA. Para a Frente, o projeto alinha o Brasil com as iniciativas globais de transição energética, “promovendo projetos susten-táveis e investimento em tecnolo-gias verdes”. “O projeto é con-siderado pela bancada como um dos mais importantes para o de-senvolvimento econômico e tec-nológico do país”, afirmou o gru-po, por meio de nota.

As pautas verdes também são prioridades para o governo. O ministro das Relações Institucio-nais, Alexandre Padilha, cobrou, em reunião com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PS-D-MG), agilidade na tramitação dessas propostas.

Reprodução/Freepik



O projeto de lei que institui o Paten segue para apreciação do Senado

Saiba mais

Na prática, o fundo de aval a empréstimos do BNDES deve permitir taxas de juros mais baixas para programas sustentáveis. Será composto por precatórios e créditos tributários que empresas têm para receber com a União. Não haveria aporte de recursos públicos. O fundo terá natureza contábil. As empresas com direito ao crédito do governo fazem um aporte de ativo no fundo e retiram cotas que darão garantias para a captação de empréstimos no setor bancário. Como na prática o aval é, em última instância, do Tesouro Nacional, esse crédito teria custo mais barato. O total de crédito que as empresas pos-suem junto à União soma cerca de R\$ 800 bilhões, de acordo com a justificativa do projeto.

Izalci, no PL, sonha com Michelle

» VINICIUS DORIA
» HENRIQUE LESSA

O senador Izalci Lucas anun-ciou, ontem, que vai se filiar, na semana que vem, ao PL, de olho na sucessão do governador do DF Ibaneis Rocha, em 2026. Com a severa desidratação do PSDB, partido que o abriga des-de 1997, o senador espera ganhar musculatura e eleitores na legen-da do ex-presidente Jair Bolsona-ro. Ele sonha com uma dobra-dinha com a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, seja como candidata ao Senado, seja como sua vice. Em uma amarração po-lítica, conta com o apoio do pró-prio PSDB-DF, sob o comando do filho Sérgio Izalci. Antes de conversar com a re-portagem do **Correio**, o parla-mentar brasiliense gravou um ví-deo com Bolsonaro em que con-vida apoiadores para o ato de filiação ao PL, na quarta-feira, em Brasília. O apoio do ex-pre-sidente é a maior trunfo que ele

tem para viabilizar a candidatu-ra ao GDF, cargo que sonha ocu-par há muito tempo. Na última eleição, se lançou postulante pe-lo PSDB, mas obteve apenas 70,5 mil votos, terminando em um modesto sexto lugar. Ele disse que a filiação no PL “é uma opção natural”. Em 2010, havia trocado o ninho tu-cano pelo PR (deu origem ao PL atual) para se eleger deputado federal, retornando ao PSDB no pleito seguinte. Nos últimos anos, Izalci se aproximou do bolsonarismo, foi vice-líder do governo do ex -presidente e, durante a gestão Lula, votou no líder da oposi-ção, Rogério Marinho (PL-RN), para presidente do Senado — disputa vencida por Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Com o apoio de Bolsonaro, Izalci espera que a candidatu-ra ao GDF seja viável eleitoral-mente. Para isso, tem a missão de construir um arco de alianças que lhe permita enfrentar tanto

a candidatura apoiada por Iba-neis — provavelmente da atual vice-governadora Celina Leão — quanto o nome do campo da es-querda, ainda indefinido, que te-rá o apoio do presidente Luiz Iná-cio Lula da Silva. “O PL tem tempo de tevê, es-trutura partidária e, aqui, o elei-tor é de direita”, frisou. “Bolsona-ro teve aqui quase 70% dos votos com bandeiras que eu sempre defendi no PSDB. Mas, lá, havia restrições em relação a algumas posições que eu tomava.” Sobre a possibilidade de ter Michelle em sua chapa como candidata a senadora, ele abre um sorriso: “Seria bom, né? Ia ajudar muito. Ela tem, inclusi-ve, força para eleger o segundo candidato (em 2026, serão elei-tos dois senadores por unidade da Federação)”, avaliou. Com a saída de Izalci, a partir da semana que vem, os tucanos serão representados, na Casa Al-ta, apenas pelo senador amazo-nense Plínio Valério.

